

# Estilhaços literários da Guerra de Canudos

César Gonçalves de Oliveira  
UFMG / CNPq

## Resumo:

Este artigo discorre sobre leituras literárias da Guerra de Canudos, mais especificamente sobre as crônicas de Olavo Bilac e o romance *Os jagunços*, de Afonso Arinos, bem como possíveis contribuições destes autores para o livro *Os sertões*, de Euclides da Cunha.

Palavras-chave: Guerra de Canudos; literatura brasileira; experiência literária

## A NOVA BARBÁRIE

Um dos eventos históricos que, certamente, marcaram tanto a história nacional quanto a literatura e as artes em geral, no Brasil, foi o episódio conhecido como Guerra de Canudos. Vários foram os leitores desse episódio – escritores reconhecidamente do cânone; outros de renome em sua época; alguns através de simples testemunho; outros, por pura ficção.

Há, no entanto, certa leitura que, a partir do evento histórico, pode ser considerada como fundadora de uma tradição. Partindo do conflito ocorrido em Canudos, *Os sertões*, de Euclides da Cunha, elaborou uma narrativa enciclopédica do evento – com vistas a nomear e explicar as inúmeras variáveis existentes no conflito: das geológicas às históricas, das políticas às factuais, das táticas às sociais.

Talvez por isso, podemos atentar, principalmente, para o que podemos chamar de “caráter aberto” de *Os sertões* – construído como uma espécie de mosaico de saberes, “texto nascido de outros textos”,<sup>1</sup> acabou por criar uma *tradição* que pensa, artística e intelectualmente, o Brasil. Nessa tradição, podemos observar nomes como os de Gilberto Freyre, e seu ideal de miscigenação; Sérgio Buarque de Holanda, e o olhar crítico ao liberalismo brasileiro; Guimarães Rosa, e a gênese estética do “olhar voltado para o continente”; ou mesmo Glauber Rocha, Graciliano Ramos e outros que ajudaram a formatar a chamada estética da seca.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> ARRIGUCCI JR. Escorpionagem: o que vai na valise (Prefácio), p. 8.

<sup>2</sup> Para uma discussão mais aprofundada de outras apropriações de Canudos pela imaginação cultural brasileira, bem como de sua imanência utópica ou revolucionária, ver: PAULA; STARLING; GUIMARÃES. *Sentimento de reforma agrária, sentimento de república*.

Contudo, o livro de Euclides da Cunha não surgiu após um hiato de cinco anos – aqueles transcorridos entre a destruição do arraial de Canudos e o lançamento de *Os sertões*. Vários foram os livros que, lançados nem bem havia esfriado as cinzas do arraial, de alguma forma influenciaram Euclides. Neste artigo, objetivo perseguir, ao menos parcialmente, dois textos que, para além das experiências vividas por Euclides – a factual e a literária –, contribuíram para o surgimento de *Os sertões*, livro que, como já profetizara Machado de Assis,<sup>3</sup> eternizou o caráter simbólico do episódio de Canudos – talvez dos maiores crimes, pecados e monstruosidades já inscritos em nossa literatura.

Assim como o fato é fugaz, o símbolo é mordaz. À literatura, guardiã de experiências, seria dada, mais uma vez, o papel de tentar constituir-se como limite da *nova barbárie* – aquela apontada por Walter Benjamin em “Experiência e pobreza” –, barbárie advinda do silêncio frente ao horror e à violência “em escala industrial” que as modernas máquinas de guerra passaram a permitir, sobretudo na I Guerra Mundial. Em Canudos, tal violência já fazia um ensaio regional.<sup>4</sup>

#### UM FATO FETO

Ocorrido em fins de 1896 e no ano de 1897, o episódio conhecido como “guerra de Canudos” é o triste epílogo de uma experiência empírica, cuja singularidade política e social chama a atenção. A peregrinação de Antônio Conselheiro pelos sertões da Bahia, Pernambuco, Sergipe e Ceará remonta, ao menos, há quinze anos antes da proclamação da República do Brasil, em 1889. Conselheiro atraía um séquito de homens livres, na verdade sertanejos pobres que não conseguiam obter sustento de forma autônoma e estavam cansados de viver sob as ordens de algum coronel ou latifundiário.

Com o advento do novo governo, e o subsequente aumento dos impostos, estendidos até mesmo aos sertanejos despossuídos, Antônio Conselheiro e seus seguidores passaram a ser perseguidos. Isso provavelmente não se deveu somente ao fato de eles estimularem o não pagamento dos impostos, ou mesmo por terem queimado as “tábuas de avisos” de impostos, mas também, certamente, devido ao perigo que uma nova “autoridade” representava aos grandes latifundiários e ao novo Estado. Mas as perseguições só fizeram estimular a busca por um lugar fixo, em que o Conselheiro e os seus pudessem se estabelecer. Tal lugar seria fundado em 1893, recebendo o nome de Canudos, devido a uma planta que crescia no local.

Estabelecido o lugar, deu-se início a uma experiência até então inimaginável no sertão baiano. Segundo Edmundo Moniz, em seu livro *A guerra social de Canudos*, Antônio Conselheiro, numa parte de seus escritos, faz referência direta a Thomas More, autor da obra *Utopia*. Conselheiro situava-se entre “os varões sábios

---

<sup>3</sup> Machado de Assis já assinalava, em crônica publicada a 14 de fevereiro de 1897 – uma das últimas escritas para o periódico *A Semana* – sobre a força do caráter simbólico de Canudos. Esse caráter seria a vitória irrefutável do movimento realizado pelos sertanejos. ASSIS. *A semana/Canudos*, p. 763-766.

<sup>4</sup> O cerco estabelecido sobre Canudos pela 4ª expedição traz algumas características da guerra de trincheiras, tais como a existência da “terra de ninguém”, local de convergência de ambos os fogos, amigo e inimigo; a luta por posições e o consequente imobilismo dos soldados dos dois lados do conflito. Para características da “guerra clássica”, bem como a passagem deste tipo de guerra para a moderna, ver ECKSTEIN. *A sagração da primavera: a Grande Guerra e o nascimento da era moderna*.

e prudentes”, cujo destino “era encher as religiões, povoar os desertos, deixar as riquezas e desprezar o mundo”.<sup>5</sup> Referência em nada gratuita, tanto que “Moniz afirma ter sido a construção de Belo Monte inspirada pela ilha imaginada, no século 16, pelo autor inglês”.<sup>6</sup> Todos recebiam, ao chegar, um pedaço privado de terra para a produção; o excedente era doado a um barracão, espécie de fundo comum que distribuía alimentos e garantia, assim, o sustento dos idosos, aleijados e indivíduos mais necessitados da comunidade.

Ainda segundo Marcela Telles Elian de Lima, o autor se encontra em uma corrente de pensamento que, sob diversos aspectos, pensam Canudos como “primeira expressão da luta pela terra no Brasil” – uma luta, portanto, social – primeira expressão genuinamente popular na história da república brasileira. Essa corrente de pensamento foi inaugurada “pelos artigos escritos por Rui Facó nos anos 1950, posteriormente reunidos no livro *Cangaceiros e fanáticos* (...) que enfatiza a relação entre a fundação de Canudos e a concentração fundiária no nordeste”.<sup>7</sup>

Assim, a singularidade desse movimento encontra-se em seu caráter eminentemente popular e social; na novidade de experienciar uma via radicalmente nova, ao menos nacionalmente, da lida com a estrutura fundiária; ao fato de ter se tornado opção para um sem-número de sujeitos sem nenhuma cidadania, esquecidos tanto pela Monarquia, quanto pela República, que à época tentava “incorporá-los” somente por meio de impostos e à bala. Ou, ainda mesmo, devido às “vitórias militares” empreendidas contra uma força da polícia baiana e duas expedições do Exército brasileiro. Canudos caiu após um cerco de mais de quatro meses, estabelecido por tropas vindas de quase todas as regiões do país.

Outras revoltas populares de caráter popular e alguma repercussão nacional também existiram, tais como a do Contestado – em cuja repressão foram usados até mesmo bombardeios da Força Aérea Brasileira –, ou as de Pindaré-Mirim e Formoso e Trombas, que exigiram anos de esforços nefastos da ditadura militar iniciada em 1964 para, pelo menos durante algum tempo, suprimi-los.<sup>8</sup>

Todavia, o episódio de Canudos, sem dúvida alguma, é o mais expressivo. Talvez porque, como diz a velha máxima, Aquiles não seria nada sem Homero, e Canudos foi cantado por “vários Homeros”.

## OLHARES DE BILAC

As crônicas de Olavo Bilac a respeito da questão de Canudos, movimento messiânico-social ocorrido na Bahia, foram publicadas entre 1896 e fins de 1897, ocasião da derrocada desse movimento.<sup>9</sup> Nesse período, podemos notar uma

---

<sup>5</sup> CONSELHEIRO. *Apud* MONIZ. *A guerra social de Canudos*.

<sup>6</sup> ELIAN. *Canudos*: relatório temático, p. 2.

<sup>7</sup> ELIAN. *Canudos*: relatório temático, p. 2.

<sup>8</sup> A respeito das revoltas do Contestado, de Pindaré-Mirim e de Formoso e Trombas, ver: PAULA; STARLING; GUIMARÃES. *Sentimento de reforma agrária, sentimento de república*.

<sup>9</sup> As crônicas de Olavo Bilac sobre Canudos foram publicadas em vários nos jornais: “Antônio Conselheiro”, no periódico *A Bruxa*, em 11/12/1896, sob o pseudônimo de Diabo Verde; “3ª Expedição”, na *Gazeta de Notícias*, em 14/3/1897, sem assinar; “Cérebro de Fanático”, em 10/10/1897, também sem assinatura, na *Gazeta de Notícias*; “Segredo de Estado” saiu em 19/3/1897 e “Malucos Furiosos” em 05/12/1897, também no periódico *A Bruxa* e ambos com o pseudônimo de Mefisto; já “Cidadela maldita” foi publicada em 09/10/1897 e

mudança na maneira como Bilac encara esse movimento e seu líder, Antônio Conselheiro. Inicia por dar-lhes forma de lenda; em seguida, passa ao espanto e à histeria, decorridos das inimagináveis derrotas infligidas ao exército pelos jagunços; e, finalmente, adota um tom compungido, ao reconhecer a bravura advinda da inabalável fé desses rebeldes sertanejos. No entanto, há que se salientar a visão crítica que o cronista volta, em menor ou em maior grau, à forma como as forças políticas encararam essa questão à época. Vejamos.

Em sua primeira crônica sobre este assunto, publicada a 11 de dezembro de 1896, no periódico *A Bruxa*, intitulada *Antônio Conselheiro*, Bilac critica o tratamento dado a este líder pela imprensa da época. O jornal monarquista *A Liberdade* ignora-o, talvez devido às acusações feitas pelo jornal jacobino *A República*, que veste o Conselheiro de conspirador monarquista. Segundo Bilac, o Conselheiro não passava de um salteador neurótico, que comandava uma “cambada” de bandoleiros; não tinha a menor pretensão ou conotação política, atribuída a ele pelos jacobinos. Contudo, não deveria ser tratado com a indiferença com a qual os monarquistas o tratam – é um bandido e, como tal, deveria ser, assim como seu bando, “baleado, corrido a pedra e a sabre, sem complicações, sumariamente”.<sup>10</sup>

Contudo, após a derrota da 2ª e da 3ª expedições do exército, enviadas à Bahia para dismantelar o movimento, Bilac já se refere ao conflito como a “Guerra civil de Canudos (que) é muito mais grave que a do Rio Grande do Sul e a revolta naval”,<sup>11</sup> redimensionando-o e reconhecendo-o com um movimento mais perigoso que uma guerra “normal”, por se tratar “de uma guerra feita por fanáticos”.<sup>12</sup>

A partir de então, Bilac passa a se referir ao movimento de Canudos ora como uma “rede de conspiração monarquista”, ora como um ajuntamento diabólico, fruto de “fé e de patifaria”,<sup>13</sup> alimentado “pela superstição e pela rapinagem”<sup>14</sup> e guiado por um “profeta de longas barbas sujas”.<sup>15</sup> Após a derrota da 3ª expedição militar, ocasião da morte do famoso coronel Moreira César, militar que tinha em seu currículo a subjugação do movimento Federalista do Rio Grande do Sul, Bilac permite-se ser “prolixo e inconsequente, leviano e paradoxal”. Apavorado pelo inesperado da derrota, passa a defender “a decretação do estado de sítio”, para que as notícias sobre o número de combatentes da próxima expedição militar não cheguem ao Conselheiro pelos “manejos dos monarquistas”.

É então que o olhar crítico do cronista parece dar longas piscadas, passando a transitar entre realidade e miragem, vigília e atordoamento. Pisca e cai na paranoia que ele próprio indicava em sua primeira crônica – a de não saber dimensionar os fatos, aumentando-os e legando-lhes um caráter de conspiração política. Repisca, e um ufanismo alucinatório chega a fazê-lo publicar, após a derrota do “arraial maldito”, uma autópsia à distância do cérebro de Conselheiro, feita por um médium que encarnava o espírito do cirurgião antropólogo francês Paul Broca.

---

“Cães de Canudos”, em 26/11/1897. Essas crônicas encontram-se publicadas em BILAC; DIMAS. Canudos, p. 383-415.

<sup>10</sup>BILAC; DIMAS. Canudos, p. 386.

<sup>11</sup>BILAC; DIMAS. Canudos, p. 403.

<sup>12</sup>BILAC; DIMAS. Canudos, p. 403.

<sup>13</sup> BILAC; DIMAS. Canudos, p. 412.

<sup>14</sup> BILAC; DIMAS. Canudos, p. 412.

<sup>15</sup> BILAC; DIMAS. Canudos, p. 412.

Contudo, há horas em que seu olhar desperto emana um humor ferino, que o leva a concluir sobre a aversão dita religiosa de Canudos à República: “como se Deus tivesse tempo disponível para se preocupar com sistemas de governo...”. Nessas horas, é mesmo capaz de uma fina análise da realidade que se lhe apresenta, criticando novamente o manejo político que alguns, como o major Febrônio de Brito e uns tantos opositores do governo da Bahia, faziam do episódio de Canudos para atacar seus oponentes; ou mesmo alertando sobre o perigo da “meiga e caridosa religião católica”, que “já tem muita vez servido de capa a muita patifaria política e a muita ambição indecente”.

Mas é quando já se encontra recuperado do atordoamento causado pelas sucessivas derrotas militares, passados mais de um mês do massacre de Canudos, que Bilac volta a humanizar este movimento. Em sua última crônica sobre o assunto, intitulada *Cães de Canudos*, o cronista já não se preocupa mais em demonizar os rebeldes derrotados; volta-lhes um olhar se não generoso, imparcial, reconhecendo-lhes a “inabalável fé”, ou mesmo a “palavra ardente”<sup>16</sup> do Conselheiro. Embora compare os rebeldes a cães, o faz para legar-lhes o valor que – ao contrário dos canídeos fugidios – não os fez curvar-se quando “feroz, o bombardeio principiou a derrubar casas”.<sup>17</sup> Um valor não encontrado nos soldados das expedições derrotadas – aliás, chamados de cães pelos habitantes de Canudos. Um valor constatado tardiamente, pois, no velório, todo defunto é valoroso.

Talvez, dentre as crônicas escritas por Bilac sobre Canudos, essa tenha, em especial, tocado Euclides da Cunha. Podemos constatá-lo em um parágrafo da última parte de seu livro – aquela intitulada “A luta”. Escreve Euclides:

Deparavam-se novos viventes: gosos magríssimos, famélicos lebréus, pelados, envurmado lepra, farejando e respingando aqueles monturos, numa ânsia de chacais, devorando talvez os próprios donos. Fugiam rápidos. Alguns cães de fila, grandes molossos ossudos e ferozes, afastavam-se devagar, em rosnaduras ameaçadoras, adivinhando no visitante o inimigo, o intruso irritante e mau.<sup>18</sup>

Contudo, dando aos cães o mesmo destino trágico a que foi dado a cada ser vivo que habitava o arraial de Canudos.

#### DE JAGUNÇOS E SERTÕES – AFONSO ARINOS E EUCLIDES DA CUNHA

Agora trataremos mais especificamente de dois autores de fundamental importância para a inauguração de toda uma fortuna teórica e cultural – ora sobre a história do crime fratricida praticado pela república em Canudos; ora sobre a dicotomia atraso/modernidade que ainda teima em marcar a sociedade brasileira.

Opostos ideologicamente – visto um ser monarquista convicto e o outro, republicano – Afonso Arinos e Euclides da Cunha se encontram na temática da guerra de Canudos. Afonso publicou, ainda em 1898, o primeiro romance escrito sobre o tema, *Os jagunços*, livro síntese do folhetim de mesmo nome que aparecia nas páginas do jornal *O Comércio de São Paulo*. Euclides, em 1902, lança *Os sertões*, fruto do aprimoramento das reportagens feitas por ele para *O Estado de S. Paulo*.

Apesar da “distância” de cinco anos entre os livros, não podemos afirmar quem influenciou quem, pois o livro de Arinos foi escrito e publicado após a

---

<sup>16</sup> BILAC; DIMAS. *Canudos*, p. 415.

<sup>17</sup> BILAC; DIMAS. *Canudos*, p. 414.

<sup>18</sup> CUNHA. *Os sertões*: campanha de Canudos, p. 338.

publicação dos artigos e das reportagens de Cunha, datadas entre março e outubro de 1897. O certo é que há uma série de semelhanças entre os livros, que ultrapassa a temática; semelhanças conceituais, como a tese mesológica que guia ambas as narrativas, e o que podemos chamar semelhanças de enredo – cenas que se repetem num e noutro livro.

Contudo, inicialmente, os autores sustentavam opiniões díspares sobre o fato. No artigo inaugural sobre o tema, “A nossa Vendéia”, de 1897, Euclides considerava Canudos “o mais sério inimigo das forças republicanas”;<sup>19</sup> já Afonso Arinos, em artigo do mesmo ano, considerava-a “um fenômeno social importantíssimo (...) trágica manifestação de energia (...) veementíssimo protesto contra o desprezo a que [sua população] fora relegada”.<sup>20</sup> Nos livros, as opiniões convergem e se afastam num movimento que, principalmente n’*Os sertões*, migram da extrema aspereza e antipatia à causa conselheirista à empatia com os sertanejos, tidos, por fim, nas duas obras, como síntese da nacionalidade, raça genuinamente brasileira.

Mas o que tornou *Os sertões* um livro de referência quando se vai falar sobre o assunto e circunscreveu *Os jagunços* quase que totalmente a seu tempo? Quem sabe, o fato de o livro de Euclides da Cunha ter sido composto a partir de um relato de viagem, construído a partir de uma legítima *experiência literária*; um livro de significados “em aberto”, tal qual o que Jacques Derrida chamou de escritura – “passagem necessariamente estreita da palavra na qual as significações possíveis se empurram e mutuamente se detêm”.<sup>21</sup>

#### A VIAGEM I

Ilka Boaventura Leite afirma, em *Antropologia da viagem*, que os “escritos dos viajantes do século 19 apresentam muitos aspectos comuns, o que faz com que sejam tratados (...) até mesmo, como um gênero à parte”, devido, de modo especial, à “relação de dependência entre *palavra* e *ação*, que caracteriza esses relatos”.<sup>22</sup> Talvez por isso Maurice Blanchot vá realizar o conceito de *experiência literária* a partir da história de um relato de viagem.

A partir da pequena narrativa *Aytré perde o hábito*, de Jean Paulhan, a qual nos conta a história de um sargento que faz uma expedição militar por Madagascar, Blanchot nos mostra como o relato de viagem se torna literatura, quando, ao contrário da linguagem seca de costume, os

relatos se tornam mais longos. Aytré começa a expor suas idéias sobre a colonização, descreve o penteado das mulheres, suas tranças, reunidas de cada lado das orelhas em forma de caracol; fala de paisagens estranhas, chega ao caráter dos malgaches etc. (...) Aytré perde o hábito; é como se as coisas mais naturais comessem subitamente a surpreendê-lo, como se um vazio nele tivesse surgido, vazio ao qual procurou responder com movimentos insólitos, uma agitação de pensamentos, palavras, imagens.<sup>23</sup>

De fato, segundo Boaventura, para o viajante,

---

<sup>19</sup> CUNHA. A nossa Vendéia, p. 4.

<sup>20</sup> FRANCO. O sertanejo Afonso Arinos, p. 19.

<sup>21</sup> DERRIDA. A escritura e a diferença, p. 21.

<sup>22</sup> LEITE. *Antropologia da viagem*: escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX, p. 80.

<sup>23</sup> BLANCHOT. O paradoxo de Aytré, p. 72.

a viagem não é uma continuação da sua vida. É um momento distinto, marcado pelo antes e pelo depois (...) onde [ele] se permite sair de sua condição de cidadão, para entrar na condição de estrangeiro. Ao sair de seu cotidiano, de sua cultura, de sua língua, de seu referencial de identidade máxima, entra num outro tipo de existência – a do outro.<sup>24</sup>

Dessa forma adquire “consciência da existência do ‘outro’, tendo elaborado concomitantemente o seu conceito sobre a *diferença*”.<sup>25</sup>

Portanto, é aí – na elaboração do conceito sobre *diferença*, devido à particularidade do gênero relato de viagem – que podemos localizar uma profunda diferença entre *Os sertões* e *Os jagunços*. Também é essa característica que nos ajuda a entender por que um homem como Afonso Arinos, que desvendou o caráter social da guerra de Canudos, ainda em 1897, escreve um romance em que, a despeito da crítica social, os sertanejos são representados como algo pitoresco, e não como o diferente. Compreender, enfim, o que levou um republicano inflamado como Euclides da Cunha a fazer ácidas críticas à real república brasileira e inaugurar uma vertente que iria marcar a República Velha, qual seja, a incorporadora.

## A VIAGEM II

Para Marcus Vinicius de Freitas, no relato de viagem, o ponto de vista pessoal é transpassado pelo “maravilhamento com a diferença do novo mundo para sua posterior apreensão (...) na busca da classificação das diferenças”.<sup>26</sup> Ele é também um gênero que se constitui na ambiguidade, equilibrando-se entre maravilhamento e classificação, pois nunca consegue “separar, radicalmente, as linguagens da ciência e da literatura”.<sup>27</sup> É deste improvável ponto de contato, da hibridéz entre literatura e ciência, que nasce a falta da completude – nem um, nem outro. A mescla de subjetividade e objetividade ajuda na construção da *diferença* e na abertura da obra.

Já o romance, segundo George Lukács, “é a epopeia de uma era para a qual a totalidade extensiva da vida não é mais dada de modo evidente, para a qual a imanência de sentido à vida tornou-se problemática, mas que ainda assim tem por intenção a totalidade”.<sup>28</sup> Almejando essa totalidade, com a qual pretende forjar um sentido na fragmentariedade de sua época, o romance muitas vezes sacrifica seu caráter aberto em detrimento desta intenção.

Caso analisemos, por exemplo, os finais de *Os sertões* e *Os jagunços*, veremos claramente que, neste, há certa dose de indefinição que dá ao leitor várias possibilidades interpretativas; enquanto naquele há, de fato, o fechamento do ciclo, ou mesmo aquilo que pode ser chamado de “a moral da história”. Vejamos.

Ao final de *Os sertões*, o leitor se depara com o subtítulo “Duas linhas”, seguido pelas respectivas: “É que ainda não existe um Maudsley para as loucuras e os crimes das nacionalidades.”<sup>29</sup> Essa parte remete diretamente a um outro ponto do livro – quando Euclides descreve Antônio Conselheiro, dizendo este oscilar “em torno dessa posição média, expressa pela linha ideal que Maudsley lamenta não

---

<sup>24</sup> LEITE. *Antropologia da viagem: escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX*, p. 87.

<sup>25</sup> LEITE. *Antropologia da viagem: escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX*, p. 96.

<sup>26</sup> FREITAS. *Charles Frederick Hartt, um naturalista no império de Pedro II*, p. 83.

<sup>27</sup> FREITAS. *Charles Frederick Hartt, um naturalista no império de Pedro II*, p. 86.

<sup>28</sup> LUKÁCS. *A teoria do romance*, p. 55.

<sup>29</sup> CUNHA. *Os sertões: campanha de Canudos*, p. 352.

poder traçar entre o bom senso e a insânia”.<sup>30</sup> As duas linhas finais poderiam, portanto, traçar um paralelo de forma a tornar equivalentes as crenças do líder espiritual de Canudos e a forma como o governo brasileiro tratou essa revolta. Ou mesmo pode dar a entender que a fúria fratricida com a qual a República tratou o episódio de Canudos é uma loucura ainda sem igual na história da humanidade. Ou, ainda, mostrar a posição ambígua do livro – há loucura em ambos os lados. Dentre outras interpretações possíveis e que se colocam na relação dessas duas linhas finais com o restante do livro.

Ao final de *Os jagunços*, temos uma descrição do arraial de Canudos completamente destruído, bem como nos é dado os destinos dos personagens sobreviventes, dentre os quais se destacam Luís Pachola – apesar da função de guerreiro do Bom Jesus e que, portanto, deveria combater até a morte – e da velha tia Joana. Esses dois podem ser chamados de personagens principais do romance, pois a história começa com eles, antes mesmo da temática do livro enveredar pela Guerra de Canudos. O certo é que para

eles, de fato, toda a vida, no mais alto sentido da palavra se tinha passado ali. Ali sofreram, ali pelejaram, ali empregaram as energias da alma: ali viveram, nos poucos anos de vida de Belo Monte. (...) Os olhos da velha arrasaram-se, seus lábios enrugados tremeram e seus olhos súplices ergueram-se até ao céu, pedindo para os filhos andrajosos e famintos a benção de Deus.

E a tribo marchou para o deserto.<sup>31</sup>

Aí estão a totalidade – “toda a vida” – e a mensagem final de clemência para aqueles que fatalmente se perderão no deserto.

Os sertanejos provavelmente se perderiam no deserto do esquecimento, em uma “terra ignota”, sem história, não fosse o caráter aberto presente no texto de Euclides da Cunha, o qual possibilitou uma série de diferentes leituras do evento histórico. Para Leyla Perrone-Moisés, esse caráter se mostraria por um “conjunto de traços que permitem distinguir, em determinados textos, um aspecto propriamente indefinível como uma totalidade”.<sup>32</sup> Pois é justamente a falta de totalidade que mantém o relato de viagem no território da hibridez. E, certamente, é essa hibridez, presente n’ *Os sertões*, que não nos deixa apreendê-lo em nenhum gênero literário específico – livro que se coloca “bem apenas no território livre da arte, realizada, principalmente, através da História, como seu autor a entendia”.<sup>33</sup>

#### Abstract:

This study discusses literary readings of the Canudos War, more specifically Olavo Bilac’s chronicle, and Afonso Arinos’s novel *Os jagunços*, and the possible contributions of these authors to Euclides da Cunha’s novel *Os sertões* (Rebellion in the Back-lands).

---

<sup>30</sup> CUNHA. *Os sertões: campanha de Canudos*, p. 101.

<sup>31</sup> ARINOS. O sertanejo Afonso Arinos, p. 318-319.

<sup>32</sup> PERRONE-MOISÉS. *Texto, crítica, escritura*, p. 35.

<sup>33</sup> ANDRADE; GALVÃO. *História e interpretação de Os sertões*, p. 404.

Keywords: Canudos War; Brazilian literature; literary experience

## Referências

ANDRADE, Olímpio de Souza; GALVÃO, Walnice Nogueira (Organização e Introdução). *História e interpretação de Os sertões*. 4. ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002.

ARINOS, Afonso. *Os jagunços*. 3. ed. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985.

ARRIGUCCI JR., Davi. *Escorpionagem: o que vai na valise*. (Prefácio) In: CORTAZAR, Júlio. *Valise de Cronópio*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1993. p. 7-14. (Coleção Debates)

ASSIS, Machado de. A semana/Canudos. In: \_\_\_\_\_. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997. p.763-766. v. 3.

BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: \_\_\_\_\_. *Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 114-119. (Obras Escolhidas, v. 1)

BILAC, Olavo; DIMAS, Antônio (Org.). *Canudos*. In: \_\_\_\_\_. *Vossa Insolência: crônica*, São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 383-415.

BLANCHOT, M. O paradoxo de Aytré. In: \_\_\_\_\_. *A parte do fogo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 65-77.

CONSELHEIRO, Antônio. *Apud MONIZ, Edmundo. A guerra social de Canudos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CUNHA, Euclides da. A nossa Vendéia. In: \_\_\_\_\_. *Canudos e outros temas*. Brasília: Senado Federal, 2003. p. 3-7.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões: campanha de Canudos*. Rio de Janeiro: Ediouro, [s.d.].

DERRIDA, Jaques. *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

ECKSTEIN, Modris. *A sagração da primavera: a Grande Guerra e o nascimento da Era Moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

ELIAN, Marcela Telles. *Canudos: relatório temático*. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – Ministério do Desenvolvimento Agrário / Projeto República - UFMG, 2005. 27 p. Mimeo.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. O sertanejo Afonso Arinos. In: \_\_\_\_\_. *Os jagunços*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985. p. 5-30.

FREITAS, Marcus Vinicius. *Charles Frederick Hartt, um naturalista no império de Pedro II*. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 2002.

LEITE, Ilka Boaventura. *Antropologia da viagem: escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996.

LUKÁCS, G. *A teoria do romance*. São Paulo: Editora 34/Editora Duas Cidades, 2000.

PAULA, Delsy; STARLING, Heloísa. GUIMARÃES, Juarez (Org.). *Sentimento de reforma agrária, sentimento de república*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Texto, crítica, escritura*. São Paulo: Ática, 1978.